

VOANDO (EM CÍRCULO) COM ASAS DOURADAS (DE PAPEL)*

Júlio César RIBEIRO**

Resumo: De sujeito, a população passou a ser objeto da migração. De utopia de soluções, a migração transformou-se em elemento estimulante de problemas. Deve a mente voar, superar as ilusões de ótica da realidade para encontrar-se novamente com o ser. Para tanto, não há mudança imaterial que não seja acompanhada pela mudança da materialidade fundante do social, pois o modo como a sociedade estrutura suas formas de produção e reprodução, direciona e ou interfere nos movimentos e processos de deslocamento do sujeito, seja no deslocamento dele em relação ao outro e em relação a si mesmo, seja aos que concernem aos deslocamentos no território, na visão de mundo, na cultura, na representação, enfim, no ser originário definidor de sua identidade. Dessa forma, pode ocorrer novamente a simbiose entre o sentido real do ser e o sentido real do deslocar, fazendo surgir das cinzas a fênix que por tanto tempo teve suas asas podadas ou, se muito, forçadas a ir para longe de si mesma.

Palavras-chave: espaço, ser, migração, objetividade, subjetividade.

VOLANDO (EN EL CÍRCULO) CON EL ALAS DE OROS (DE PAPEL)

Resumen: De sujeto, la población empezó a ser objeto de la migración. De utopía de soluciones, la migración se volvió elemento estimulante de problemas. La mente debe volar, para superar las ilusiones de ópticas de la realidad para encontrar al ser de nuevo. Para tanto, hay ningún cambio imaterial que no se acompaña por el cambio de la materialidad que funda el social, porque la manera como la sociedad estructura que su producción forma y la reproducción se dirige y o interfiere en los movimientos y procesos de desplazamiento del asunto, esté respecto a en su desplazamiento el otro y respecto a él, sea los unos esa preocupación a los desplazamientos en el territorio, en la visión mundial, en la cultura, en la representación, finalmente, en el ser original, que define su identidad. De esa manera, puede pasar la simbiosis de nuevo entre el sentido real del ser y el sentido real de mover, mientras haciendo aparecer de las cenizas el fénix que tenía sus alas recortadas durante el tanto tiempo o, si mucho, obligada a marcharse para distante de sí misma.

Palabras-clave: espacio, ser, migración, objetividad, subjetividad.

FLYING (IN CIRCLE) WITH GOLD WINGS (OF PAPER)

Abstract: Of subject, the population became object of the migration. Of utopia of solutions, the migration became a stimulating element of problems. The mind should fly, to overcome the illusions of optics of the reality to find again with the being. For so much, there is no immaterial change that it is not accompanied by the change of the materiality that founds the social, because the way as the society structures their production forms and reproduction addresses and or it interferes in the movements and processes of displacement of the subject, be in their displacement in relation to the other and in relation to himself, be the ones that concern to the displacements in the territory, in the world vision, in the culture, in the representation, finally, in the original being, that it defines their identity. In that way, it can again happen the symbiosis between the being's real sense and the real sense of moving, making to appear of the ashes the phoenix that had their pruned wings for so much time or, if a lot, forced to go for far away from herself.

Keywords: space, being, migration, objectivity, subjectivity.

* Ora apresentamos um fragmento da dissertação defendida em 2001 na FCT/UNESP/Presidente Prudente, orientada pelo Prof. Dr. Antonio Thomaz Júnior, após ligeiras alterações no conteúdo, mantendo-se, entretanto, como foco de análise as artimanhas criadas pela DEBRASA (Destilaria Brasilândia Açúcar e Álcool S/A), sediada no município de Brasilândia, para aliciar trabalhadores “brancos” e “não-brancos” de várias partes do país, especialmente do Estado sulmatogrossense, para a tarefa de corte da cana em épocas de colheita.

**Professor Adjunto do curso de Geografia da Universidade Federal do Tocantins, *campus* de Araguaína. E-mail: jcezarr@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO AOS ELEMENTOS GLOBAIS DA MIGRAÇÃO ATUAL: AS NOVAS ANDORINHAS INDÍGENAS E OS VELHOS VENTOS CAPITALISTAS

Há muitos anos você anda em círculos
Já não lembra de onde foi que partiu
Tantos desejos soprados pelo vento
Se espatifaram quando o vento sumiu
Você vendeu sua alma ao acaso
Que por descaso tava ali de bobeira
E em troca recebeu os pedaços
Cacos de vida de uma vida inteira (...)
Você cruzou todas as fronteiras
Não soube mais de que lado ficou
E ainda tenta e ainda procura
Por um tempo que faz tempo passou
Agora é noite na sua existência
Cuja essência perdeu o lugar
Talvez esteja aí pelos cantos
Mas está escuro pra poder encontrar
Se você correu, correu, correu tanto
E não chegou a lugar nenhum
Baby oh Baby bem-vinda ao século XXI
(Século XXI, Raul Seixas e Marcelo Nova).

Percorrer a pista condutora ao entendimento dos motivos que levam os índios a se submeterem à migração, fazendo algumas paradas teórico-conceituais sobre o cerne da mesma nas diferentes conjunturas histórico-geográficas para que, mediante isso, a migração impulsionada pelo regime capitalista seja entendida como desmembrada das precedentes, mesmo quando alusiva a uma mesma etnia, é a proposta deste texto.

Façamos, por isso, uma rápida, contudo não menos atenta, visita histórico-geográfica ao tema.

É por demais sabido que o evento migratório não é fato novo na história da humanidade. Há quem avalie que a própria “*história da humanidade é uma história de migrações*” (NUSCHELER, 1996, p. 34). Tampouco se trata de fenômeno desperto pelo capitalismo ou que sobrevém exclusivamente de condicionantes circunscritos à dimensão da subjetividade humana: qual busca meramente aleatória e aventureira demonstrada pelas sociedades no desbravar do planeta; o que também não implica dizer que muitos lugares não tenham sido ocupados com esse intuito, no contexto espaço-temporal doutras formações sociais, pois, Marina Evaristo Wenceslau, em relação ao que considera como cultura errante dos índios Guarani pertencentes a certa quadra do século XVIII, argumenta que:

durante vários anos, algumas tribos indígenas percorriam a fronteira Brasil-Paraguai. Entre eles encontravam-se os Kaiowás. Eram denominados índios errantes, pois jamais levantaram aldeias definitivas, pela fronteira, sendo que não constatamos nada de absurdo nesta informação, uma vez que estas tribos vararam ermos de mais de 600 léguas, tão somente para descobrirem novas paragens (WENCESLAU, 1990, p. 57-58).

Não são as possibilidades de experiências variadas que nos chamam a atenção, nem o trato específico sobre o que seria regra ou exceção a cada tribo índia em respeito ao ato migratório, nem se os maiores fatores condicionantes seriam de ordem objetiva ou subjetiva, chama-nos a atenção por ora a intersecção de tal fenômeno por determinâncias alienígenas que se espargiram por essas bandas, embaralhando e redimensionando os fluxos dos seres sociais aqui viventes.

Apesar disso, a ressalva de que muito embora a migração não tenha como berço exclusivo o alastrar do sistema capitalista foi indubitavelmente com o adensamento e o disseminar territorial desse modo de produção pelo planeta que se deu a energização desse fenômeno entre as sociedades.

Interessante a esse respeito é a afirmação de Moreira (1993, p. 86 et seq.) de que o crescimento do fluxo migratório e o conseqüente desenraizamento territorial dos homens são, pelo impulsionar da lógica do capital, produtos histórico-geográficos de magnitudes até então jamais vistas.

Há, desse modo, relação direta entre a acentuação da mobilidade territorial das populações e os anseios do novo modo de produção e reprodução social, que promoverá – e também graças a isso se engrandecerá – a maior integralização dos sujeitos ao universo do trabalho abstrato, tornando aquela dimensão concreta um seu necessário complemento.

A migração apresentar-se-á como a mediação entre o lugar do agora e o do devir, o insuficiente e o que se quer e sonha melhor. A emigração violenta e involuntária denotará mais que o mudar do chão físico, atinando ao migrar da atmosfera espiritual pelos que a experienciam, por levantar, qual nuvem fosca de poeira, imensa gama de modos diferenciados de sentimentos (ressentimentos) e existências (resistências).

A migração – ou, antes, os elementos estruturais da sociabilidade – armará o cenário que abrigará a complexa trama da conjugação de fatores objetivos e subjetivos de sociabilidades conflitantes, delineando suas causas e perfazendo sua essência. O que geralmente varia tanto no tempo quanto no lugar, e que certamente confere o *status* de particularidade têmporo-espacial à mobilidade territorial da população, são os múltiplos fatores e interesses que estão a lhe instigar, já que seus condicionantes possuem significados histórico-geográficos singulares que, por responderem a lógicas sociais diferenciadas ou serem conseqüências díspares duma mesma lógica societal, devem ser contextualizados dentro da realidade em que se encravam, senão com outro motivo que o desentenebrece de seus agentes e germes estruturais, materiais ou não.

A migração pode, pois, estar relacionada a vários fatores, como: busca por empregos, crescente pressão demográfica, diferenças de desenvolvimento e de bem-estar de populações de determinadas regiões de um país ou continente, catástrofes “naturais” ou sociais, etc. Tornando imprescindível uma análise histórico-geográfica cuidadosa, que atente para os perigos das generalizações no desvelar dos fatos (cf. SARMENTO; GMÜNDER [orgs.], 1996; GAUDEMAR, 1997; RIBEIRO; SIEBEN, 2007).

Pelo desemaranhar, em meio ao contexto encharcado de determinidades particulares as mais variadas, das universais justificantes do arranjo que o fenômeno assume ao se geografar, é que se torna possível o entendimento dos remanejamentos territoriais rabiscados pelo ser.

Uma tal metodologia possibilitar-nos-á, por exemplo, compreender o fenômeno migratório em um Estado como o Mato Grosso do Sul, que, animado pela irrupção dos determinantes do capital que provocaram remodelações radicais no território e nas sociedades que o habitavam, foi palco não apenas de intensos deslocamentos de massas populacionais forasteiras, como de populações índias originalmente nativas, que não puderam permanecer intocáveis às ventanias do capital.

Novidade alguma o fato de a migração constar como das mais importantes colunas de escoramento da expansão do império capitalista pelo território nacional, fazendo brotar esfíngicas problemáticas por sobre as populações residentes, basicamente as indígenas, instituídas pelas contradições intrínsecas a sua lógica, pois essa não espera crescimento vegetativo local para se reproduzir e tão pouco o subsidia se noutros cantos há exércitos reservas suficientes de trabalhadores esperando pelo recrutamento; quanto mais se os trabalhadores inseridos corresponderem a “não-brancos” que precisam ser “reeducados” para atender as exigências do capital – e o são, devido às vantagens conseguidas na relação economicista do custo-benefício, ao se empregar os índios.

Lucro a qualquer preço, social ou ambiental: este o DNA do capital.

Pelo desejo esquizofrênico de mexer com todos os planos do universo para atender ao movimento de rotação ampliada do astro-capital, a migração foi e continua sendo tanto *condição* como *condicionante* à infusão e reprodução dessa dinâmica societária: por que se põe como mecanismo potencial de engendramento de mais-valia e acumulação de capital. O agigantamento e a posição de centralidade alcançada na Aldeia Global permitem mesmo tê-la como das mais importantes características no ordenamento social em curso na contemporaneidade.

O fenômeno migratório é tão corrente no mundo que os “países centrais” (considerado aqui nos termos do mandonismo político-econômico global) estão tendo que dar de ombros à gravidade que a questão atinge em nível mundial. Intervindo mais no sentido de fechar as fronteiras à ameaça da migração descontrolada, que poderia desestabilizar os mercados internos, desviar os empregos dos “filhos da pátria”, aumentar o bolsão de miseráveis, etc. Preferindo fechar os olhos ante o processo ao qual contribuíram e contribuem decididamente por fortalecer, já que resultante das políticas econômicas imperialistas, restritivas e desproporcionais infligida sob a forma das relações mercantis, dívidas externas e ou pelas divisões internacional e territorial do trabalho (DIT e DTT), impostas aos demais países ou regiões do orbe – processos que talvez possam ser denominados de divisão transnacional do trabalho (DTT) e divisão territorial transnacional do trabalho (DTTT).

A migração, dessa forma, passa a ser cada vez mais seletiva, inclinada à captura dos melhores quadros de funcionários, segundo o que Harvey tituló de “*fuga de cérebros*” (1990), vertendo de países de economia estagnada ou dos que apresentam crescimento econômico irrisório, para dar conta dos sistemas de produção e gerenciamento emersos nos últimos decênios¹.

A muito alardeada Aldeia Global, a totalidade planetária interligada tecnologicamente em tempo real, arrimada pelo capitalismo do século XX, vai paulatinamente desfigurando as Aldeias Locais indígenas, nesse ínterim. E não poderia ser diferente se se impõe totalitariamente como espaço-tempo alienante em termos objetivo e psíquico.

Nesse jogo escalar, na relação do aqui e o alhures, em meio ao feixe intricado de relações sócio-econômico-espaciais entre o global-local, é que se define a migração sulmatogrossense, que ora destacamos.

A aceleração do processo migratório é irmã processual siamesa do capitalismo, imperativo familiar da relação-social-capital e genitora de novas formações sócio-espaciais, frutificadas do contato hostil em regra estabelecido.

A gênese da difusão e recrudescimento do capitalismo, também e especificamente no Brasil, encontra-se de mãos dadas com o fenômeno da mobilidade territorial, sendo a *conseqüência* da desterritorialização compelida àqueles que se colocavam – ou que eram vistos – como obstáculos de um lado (as populações indígenas), bem como a *condição* desde logo percebida como vital à reprodução ampliada do processo de realização do capital, de outro.

Salvo as devidas especificidades, podemos afirmar, em linhas gerais, que a lógica histórica da migração em um Estado como Mato Grosso do Sul não é muito diferenciada da comumente presenciada em outras regiões brasileiras, por estar desde o princípio atrelada ao alastramento das leis gerais do mercado capitalista. Os traços gerais, como se vê, são os mesmos e os que variam são os das intensidades do fenômeno, como os das combinações culturais e das seqüelas aos sujeitos que as vivenciam no lugar, nos planos objetivo e subjetivo.

Se a (re)ocupação do Estado sulmatogrossense já representava a integração de novos territórios ao império do capital pela transformação da realidade existente, não conseguida de outra forma que mediante o desaldeamento e remanejamento dos índios, veremos também que a *migração capitalista* começou a constar como “necessidade” aos nativos.

Neste contexto – inda que não diretamente entornadas às possibilidades indígenas –, aquelas duas opções sinalizadas por Harvey (1990) sobre o migrar vem bem a calhar: ou se parte para se obter melhores possibilidades de realização da vida noutros rincões ou decide-se ficar e construí-las, de maneira costumeira, com embates no lugar em que se vive.

Vivifica-se a dialética geográfica entre o *ser* e o *estar*, em formas de contradições entre o viajar e o nunca chegar, o sonhar esmeraldino e a espinhosa realidade, a miséria e a bonança, os imensos casarões contrastando com o que resta (quando resta) de tetos de restos, a concentração da fortuna e a socialização dos infortúnios.

Daí por diante, retomando o poeta, o futuro não mais será como o fora antigamente.

¹ Ver, a propósito, como Christofolletti (FOLHA DE SÃO PAULO, 24/6/2001, p. A22) no início desta década apontava para ações unilaterais espanholas que no ano de 2008 ainda alimentam discórdias, preconceitos, problemas diplomáticos e – como têm noticiado diversos jornais – tratamento equivalente do governo brasileiro aos cidadãos espanhóis.

Então, se as migrações das sociedades indígenas já eram praticadas essencialmente no interior do país, segundo dados arqueológicos respeitantes ao povo Guarani (BETONI, 1994, p. 15; MEGGERS, 1998, p. 25; WENCESLAU, 1990, p. 57-58), sua dinamicidade vai acelerar-se e ganhar em tonicidade, visto que as condições objetivas e a frequência de sua ocorrência vão sendo afetadas temporal e espacialmente pelos padrões de um mundo ocidental moderno, em termos qualitativos e quantitativos.

Antes mesmo de mera busca por novos territórios e condições de existência e reprodução social ou para se alcançar o paraíso da “Terra sem Mal”, naqueles moldes que conformava e garantia a continuidade de seu ritmo e condicionantes comportamentais transmitidos de geração a geração, a migração se lhes figurava como determinação lançada pelo capital, que se apoderara de seus territórios e de suas vidas com o consentimento do aparato estatal, ao longo de todo um processo abalizado por resistências e embates, derivando em gritos de agonia e oposições declaradas por parte daqueles cujo espírito guerreiro teimava em não esmorecer.

Mas, antes de prosseguirmos, talvez seja de valia fazermos um parêntese sobre a dimensão cosmológica dos índios Guarani, com Betoni citando a particularidade dos valores que eles atribuem à vida e as coisas com as quais se relacionam – caso da terra, vista como irmã. Emprega para isso o exemplo da “Terra sem Mal”, uma espécie de migração que busca encontrar um paraíso terreno de localização geográfica desconhecida, onde acreditam que “*a terra produz por si mesma os seus frutos e não há morte, um ‘além’ para onde vão as almas depois da morte*” (BETONI, 1994, p. 12). Um “Paraíso Terrestre”, sem males, doenças ou dificuldades; algo sob certos aspectos parecido com os lugares sagrados e fartos vislumbrados no período medieval pelo imaginário cristão ou com as “sociedades perfeitas” imaginadas por pensadores do socialismo utópico, quando dos momentos de dificuldade sociais enfrentadas pela expansão do capitalismo em chãos de Europa².

A ocupação populacional e a animação econômica do Mato Grosso do Sul transcorreu dessa forma. Utilizou-se desse mecanismo, que mais que significar o deslocamento de colonos e “proteção” de fronteiras e do território à burguesia nacional, representou flutuação e enquistamento de mão-de-obra em quinhões ricos em recursos, para torná-los factíveis de exploração empresarial.

A saída encontrada pelos empresários e administradores capitalistas era recorrer à mão-de-obra autóctone, dos indígenas, quando insatisfeitos com as levas de pessoas que chegavam.

Tal episódio não era inédito. Desde o século XIX os índios já vinham sendo inseridos na realidade das relações de trabalho de um sistema mercantilista economicamente ascendente na região.

No pertinente ao universo das relações de trabalho, a diferencialidade do emprego da mão-de-obra encontra-se pautada nas conformações peculiares que então assumiam, já que os índios foram emparedados, em grande medida, sob condições de trabalho semi-escravo (RIBEIRO, 1999a, 2000; CORREIO DO ESTADO, 23/6/1992; FOLHA DE SÃO PAULO, 16/9/1993), naquelas condições classicamente tidas como formas de exploração de trabalho pré-capitalistas; relações, não obstante, que o capital tratou de *in*-corporar ao seu processo de realização do valor, nucleado hodiernamente pela esfera rentista, comparecendo, pois, como processo diversificado e reatado das contradições em meio ao universo social do capital (RIBEIRO, 2004).

A economia capitalista das últimas décadas universalizada pelo valor rentista, inda que invisivelmente ancorada pelo teor extremamente polissêmico e multifacetado do trabalho abstrato, e que outrora se achava tri-setorializada – conquanto, na opinião de alguns, teoricamente mais rachada pelo setor (informal) respectivo à economia subterrânea –, deve atualmente ser concebida como uni-setorializada.

E por várias razões (vejamo-las para que a compreensão do fenômeno local seja mais bem subsidiada pelas determinidades globais):

² Para o entendimento da relação existente entre o plano material da sociedade (em dificuldades de se reproduzir) e o plano do imaginário, como possível expressão invertida e pacífica do descontento com o existente, examinar: CAMPANELLA, 2004; CARVALHO, 1994; MORO, s/d. Ainda no concernente à migração desesperada de índios para ter com seu Deus (Maíra), transitando por alhures invisível ao homem branco, observar a saga real do índio desiludido, narrada por Ribeiro (1997).

(a) por conta da intrincada rede de conexões econômicas estabelecidas técnico-cientificamente, visto que o campo se industrializou, foi urbanizado e atado totalmente à economia de mercado por vias imediatas ou indiretas, dada a técnico-cientificização laboratorial da agricultura (tornada ela própria um ramo industrial) e da produção e reprodução dos diversos tipos de gado;

(b) a esfera produtiva se jungiu completamente a da especulação rentista, sendo praticamente impossível dissociá-las, a ponto de;

(c) a oligopolização e monopolização da economia andarem a galope, com impérios transnacionais atuando em várias frentes econômicas;

(d) petrificando cada vez mais nexos estruturais com o chamado setor informal, produtivo e distributivo, que tenta burlar taxas onerosas de impostos, incorporando massas de trabalhadores sob condições subempregatícias, subsalariais e subumanas, até, por fim;

(e) respingar e encharcar-se com o lamaçal do crime organizado, pelo fluxo contínuo de centenas de bilhões de dólares conseguidos mediante migração traficada de pessoas, prostituição empresariada, tráficos de drogas e de armamentos, etc., que transitam invariavelmente entre os corredores “formal” e “informal” da economia que, a bem da verdade, só espelham *formas* camaleônicas e integradas que o capital encarna para se robustecer.

O discernimento das noções de formal/informal, legal/ilegal, moderno/atrasado, autodeterminação/alienação serve como recurso explicativo e designativo de realidades díspares desde que não achegado a visões estruturalista e positivista, já que a economia se apresenta mais e mais como unidade duma totalidade (totalitária) de relações e processualidades diversas urdidadas organicamente à implacável estrutura do capital.

Expressões globais do *desenvolvimento desigual da geografia do capitalismo*, para nos valermos de expressões utilizadas, dentre outros, por Smith (1988).

Em âmbito nacional, as manifestações motivadas pela estrutura vertical do capital apresentar-se-ão com enorme ferocidade, como se fossem facetas “arcaicas” das relações de produção pretéritas a se estenderem a tempos atuais, coligando-se à migração capitalista planejada e ditando os rumos da economia “interiorana”. O que conformaria o que alguns autores, como Martins (1994) – indevidamente, na posição aqui assumida – consideraram como o aspecto *sui generis* da formação social brasileira, onde “moderno” e “arcaico” se plasmam numa combinação híbrida dimensionada à reprodução do *status quo*. Quando, para além do dualismo, entendemos o “arcaico” como a forma velha recheada pelo conteúdo “novo” capitalista que também vai simultaneamente criando novas formas (sob o aspecto de tecnologias, por exemplo) para a reprodução da velha lógica do capital. Essa a fórmula “terceiro-mundista”³ empregada para nutrir o crescimento econômico de muitos países periféricos, como o Brasil, onde as clivagens existentes entre processos obsoletos e modernos são mais marcantes que em outros países devido tanto à sua interdependência e interpenetração quanto à abissal desigualdade na distribuição geográfica das riquezas; sem que isso implique compreender tais processos isoladamente, pois, como dito, o que era “arcaico” ao capital foi integrado como “novidade”, portanto modernizado pelo modo de produção capitalista: processos e elementos tidos como primitivos tornaram-se estruturalmente vitais à reprodução ampliada e multiforme do capital.

Pela compreensão dos marcos da economia capitalista em reestruturação se pode elucidar as marcas geográficas dos cursos migratórios.

O que confirma a necessidade dialético-escalar de trabalhar geograficamente com o terno do universal-particular-singular (RIBEIRO, 2008).

Todo um conjunto de situações se combinou para cominar na migração intra-regional das populações indígenas. Criaram-se as condições materiais de submissão de índios que aos montes se viam às margens de terras indispensáveis ao sobreviver.

Em âmbito regional, sulmatogrossense, as empresas tomaram a dianteira: a migração era a tentativa de sobrevivência econômica – assim diziam os seus responsáveis – que se lhes oferecia,

³ Entenda-se essa noção como sinônimo de satelizada, periférica, porque discordamos da teoria trimundista amplamente divulgada, referente aos que seriam o Primeiro, o Segundo e o Terceiro Mundo's. Concebemos a totalidade-mundo capitalista como unidade tensa de espacialidades diversas.

criando-se um repetitivo vai-e-vem das aldeias e reservas para os locais de trabalho abstrato (LIMA; RIBEIRO, 1999; RIBEIRO, 1999b, 2000; O ESTADO DE SÃO PAULO, 16/9/1993; VALENTE, *Folha de São Paulo*, 27/12/1998).

Aliás, essa é a expressividade de um quadro que perdura, porque os índios continuam sendo inseridos no processo produtivo do capital como força de trabalho, invitos ao processo constante de migração sazonal e percorrendo tantos lugares que o sentimento culminante é o de se sentirem como o de não-pertencentes a lugar nenhum, contatando obrigatoriamente a sujeitos e passando por tantas sujeições que acabam tendo que secundarizar, senão anular, sua própria subjetividade.

O deslocar do meio original, o desarraigar das relações sócio-espaciais nesse costuradas e o mergulho em outros contextos promovem inexoravelmente um reexame e reformulação do sujeito na nova realidade. As determinações são outras, como as possibilidades, as limitações, as formas e os aspectos culturais de realização do trabalho e da vida; quando malévolas as causas que estão a açodá-la, a migração territorial tende a deixar profundas cicatrizes psicológicas.

A migração enquanto busca e procura revela a face perversa.

Inda que não esteja claro tratar do fenômeno migratório, Raul Seixas e Marcelo Nova apontaram, em versos citados, as seqüelas do andar sem rumo, o se deixar levar pelos ventos do presente e o risco de se perder do passado e dum projeto de futuro; passado alusivo à ligação e definição do Eu com as possibilidades postas e escolhidas de um contexto vivenciado e sintetizador do próprio Ser que, de outra forma, tem sua vida manifesta em cacos. Esvai-se mais o sentido e a essência do Ser, uma vez que suas ações se tornaram espectros indiferenciados da noite em que se transformou a existência, típico da correria de uma sociedade que chega ao século XXI não sabedora de onde foi que partiu, aonde quer chegar, se se está a avançar ou a voar em círculos com asas douradas de papel, perseguindo falsas utopias.

Os índios não se desviam tanto, pelo menos não em absoluto, de um tipo de compreensão como essa, em especial os mais fígados pelo universo dos valores e dos estilos comportamentais hegemônicos.

Se seu encurralamento já des(re)figurara bastante sua cultura, vez que transplantados a lugares novos, a contragosto a migração estacional por-se-á como o acréscimo decisivo à maior decomposição de seus laços e tradições sócio-culturais identificados com o meio de origem (símbolo designativo de identidade sócio-espacial).

A DEBRASA (Destilaria Brasilândia Açúcar e Álcool S/A), unidade produtiva arregimentadora de braços índios à empreitada do corte da cana-de-açúcar para períodos estacionais da safra, sediada no município de Brasilândia, no Mato Grosso do Sul, incorporará a esses *velhos* artifícios *modernos* propósitos econômicos, como fizeram as empresas do passado (Matte Laranjeira, por exemplo) e como estavam a praticar as empresas de sua época, notadamente as destilarias sucro-alcooleiras sedimentadas no período posterior às décadas de 1960 e 1970.

Se o objetivo do capital para gerar lucro e reproduzir-se ampliamente, de maneira concentrada, gera saldos negativos, como o assolar de grande parte das tradicionais identidades pela necessidade sentida de se ter de incorporar mais facilmente a lógica da efemeridade que caracteriza o paradigma simbolista da identidade (fictícia) hegemônica, então a destruição da *identidade territorial* (como a que os índios possuem com seu território sagrado), senão a última, quem sabe seja das mais importantes investidas nesse sentido, visto que ao promover a migração e o seu realocamento territorial o capital tenta forçá-lo ao desapego ao que tem sido e pertencido, para que possa mais bem travesti-lo de sua identidade simbólico-ideológica. Pois, sabemos que são vários os valores que definem a efêmera, plástica e sempre remodelada “identidade” que prima o capital e que comanda a vida social de forma pouco questionável e quase que sagrada. A título de exemplos citamos a necessidade de se *ter que trabalhar para outrem* para se obter a *moeda* a ser trocada pela subsistência ou por outras *mercadorias necessárias* (ou identificadas histórico-geograficamente como); numa luta e competitividade cotidiana para se *ascender na vida* e se possível se ter o próprio *neg-ócio*: o auge do sonho pequeno-burguês incrustado para sacramentar a propriedade privada e o individualismo do indivíduo, entre outras representações sutis que vão moldando e subjugando os comportamentos à lógica da *satisfação social no capitalismo* – inatingível, diga-se de passagem,

porque, entre inúmeras razões, economicista e alienante, por isso portadora da falsa e incompleta satisfação, posto que a realização pessoal encontra-se prefigurada na relação individual e esta por seu turno é substantivada na crença de que pode ser sanada na esfera mercantil, na qual o prazer e a felicidade são vendidos como produtos dispostos em qualquer gôndola de supermercado. Como o acesso aos bens é seletivizado, peneirado socialmente pelo dinheiro, a individualidade é reforçada e o coletivismo surrado. Resultado, a plena realização do indivíduo é ilustrada como realização individualista fixada no ato consumista, prefigurando-se mais como ideologia do que eficaz prazer humanizante.

Destribalização e desidentidade: os primeiros degraus para a sujeição ao capital – veremos, contudo, que essa empreitada capitalista não segue trajeto linear, enfrentando resistências e oposições, haja vista a retomada dos territórios sagrados como rampa de reestruturação de parte de seu universo étnico-cultural, quando as reminiscências do passado valorado pela comunidade conseguem se antepor à lógica fragmentadora capitalista.

Inda assim, será comum a arregimentação de fluxos populacionais indígenas para períodos de trabalhos sazonais de 60 a 80 dias pela DEBRASA.

A migração constituir-se-á em um dos predicados centrais alçados na *agenda do capital* por essa e outras destilarias e carvoarias desse Estado nas três últimas décadas do século XX, reforçando um processo secular que acompanhou e sustentou a formação social brasileira em detrimento daquelas indígenas autóctones.

Interessante, sobre isso, é que saibamos que o ramo sucro-alcooleiro sulmatogrossense não é o único a utilizar a força de trabalho das aldeias do referido Estado para a acumulação. Empresas do Oeste de São Paulo aderiram recentemente a essa tática (como ocorreu, por exemplo, no município de Regente Feijó). Demonstrando o quanto essa força de trabalho está desvalorizada, em se tratando de uma região que dispõe de mão-de-obra suficiente para se abastecer autonomamente sem a necessidade de estímulo à migração de índios sulmatogrossenses, para expô-los aos perigos do trabalho abstrato em locais distantes (material e imaterialmente) de seu meio, submetendo-os a 55 dias de trabalho e sem registro na carteira de trabalho – tendo em vista que os caciques acreditavam que isso criaria problemas para os índios com a Justiça do Trabalho (GARRIDO, *O Imparcial*, 8/7/1999, p. B3; OESTE NOTÍCIAS, 27/10/1999). Situação, surgida em 1999, e que em meados de 2001 ainda não havia sido resolvida, com os sindicatos dos trabalhadores de Regente Feijó pressionando os empresários pelo aumento do desemprego entre os filiados não-índios, devido à contratação de índios que, proveniente de aldeias do Mato Grosso do Sul (na época, advindo do município de Amambaí), recebiam menos pelos seus serviços e viviam em condições drasticamente precárias. Como o próprio presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Regente Feijó, Inácio Albertini, declarou: “*As condições do alojamento são incompatíveis com a dignidade humana*” (OESTE NOTÍCIAS, 17/6/2001, p. 1.4). Sem contar a contratação de índios por empresas sucro-alcooleiras da região de Rio Preto/SP, consideradas como praticantes da dita “semi-escravidão” (ótica embasada na idéia do “homem livre” da economia política burguesa e ou no fator da *coisificação* social objetiva), devido ao calote no pagamento dos índios e à proibição de abandonarem a propriedade.

Como novas mediações, quando não somente aplicada a força imediata, empregaram-se artifícios ideológicos para esse feito, fazendo com que as explicações hegemônicas fossem invertidas para justificar suas ações. Os tiros ideológicos da burguesia agroindustrial sulmatogrossense, em especial, tinham como alvo tanto os trabalhadores (índios e não-índios) como a burguesia paulista.

Caberá à iniciativa privada desse Estado se incumbir do planejando e efetivação da migração, seja por meio de empreiteiras (terceirizando o aliciamento) ou pela intervenção imediata no recrutamento da força de trabalho.

A DEBRASA se inclui neste rol. Após longo tempo empregando esse artifício, opta pelo aliciamento direto dos trabalhadores, cortando os intermediários e indo à caça de recrutamento do exército de trabalhadores para o cumprimento de todos os processos de produção agrícola: plantio, cultivo, corte e demais tarefas necessárias na lavoura.

Some-se a isso promessas “miraculosas” de trabalho e remuneração em regiões de populações já carentes de emprego e sob péssimas condições de existência.

Encontram-se aí duas das causas centrais à sua efetivação: as dificuldades encontradas pelas populações de sobreviverem em seus locais de origem e a ilusão de que essas seriam sanadas ou atenuadas com o trabalho, mesmo que temporário, noutros pontos do país – em lugares portadores de maior dinamismo econômico e com riquezas maiores que as dos locais em que se encontravam, ou seja, a esperança de se encontrar mercado de trabalho e melhores condições de consumo, que lhes permitissem finalmente “ganhar a vida” (“metáfora” interessante, por indicar implicitamente que a vida pertence a um terceiro em um outro lugar e que é preciso se submeter a certas regras para que se possa merecê-la, ganhá-la, comprá-la; sugerindo subliminarmente que a vida é exterior e autônoma ao *ser*, ainda que desconhecida a razão disso).

A migração gerava alívio nas regiões em que as possibilidades de desenvolvimento social encontravam-se esgotadas – mesmo que não nos discursos demagógicos e ideológicos dos políticos –, mesmo porque a distribuição de riquezas e de terras estava comumente fora dos propósitos do Projeto Nacional, fazendo com que os agentes e instâncias estatais selassem suas jogadas pela cartada da migração.

Uma válvula de escape às regiões de altas tensões sociais (caso também do Nordeste brasileiro). Este era o perfil no qual ela era encarada e por isso foi amplamente empreendida, buscando “resolver” as tensões político-sociais nos lugares em que essas se encontravam quase que fora de controle via sua redistribuição geográfica pelo país, principalmente nas porções “pouco” habitadas (por não-índios), que, por isso, despossuíam um quadro de trabalhadores com organicidade política semelhante às desenvolvidas noutras regiões, em que se presenciavam grandes conflitos.

Contribuindo, de outro lado, como consequência da total falta de preocupação com políticas públicas de cunho social, para que essa mesma situação se reproduzisse em outras localidades, dada a inexistência de quaisquer tentativas de solucioná-las, unicamente adiamento no enfrentamento da problemática – isso quando não “solucionada” pelo emprego da força (armada) para garantir a “ordem e progresso” capitalista.

Aos protagonistas do processo excludente, a migração representava a esperança pelo salário que responderia pelo sustento familiar.

Consequências nefastas aos seus executores são o que quase sempre se assiste, longe das imagens esboçadas.

Algumas das variáveis são perceptíveis:

(a) na contínua e paulatina descaracterização (ou o que muitos chamam de assimilação) cultural, com as inevitáveis mudanças de comportamentos e mentalidades recorrentes dos novos contatos e meios deparados;

(b) no desenraizamento territorial do meio que se lhe apresentava como o substrato do universo geográfico de sua identidade social;

(c) na desestruturação familiar;

(d) na multiplicação exponencial de problemas psicológicos advindos de toda ordem de fatores: distância da família; desidentidade ou aversão inicial com o local de chegada; hostilidades, não raras às vezes, com a sociedade contactada, que o via como forasteiro e ladrão dos escassos empregos disponíveis, etc.

Um processo de implicações díspares, esse o retrato da *migração capitalista* dos povos índios sulmatogrossenses, essencialmente os aliciados pela DEBRASA.

De uma parte, a redução dos encargos e direitos trabalhistas, por ser a relação contratual de curta duração e quase que totalmente controlada pela empresa, desprovida de efetiva mediação jurídico-estatal e, por isso, geradora de importantes reservas econômicas e superpoder de controle do processo de trabalho por empresas como a DEBRASA, principalmente nesse momento de sobreposição de paradigmas produtivos.

Recorrência do mesmo processo, tem-se na outra ponta a superexploração do trabalho a ritmos alarmantes, o adensamento no nível da pobreza e da precariedade física, mental e social dos trabalhadores.

A tendência à lei decrescente da taxa de mais-valia devia ser desviada e a ultraprecarização do trabalho se encaixava como peça fundamental no esquema.

Interessava ao quadro administrativo da DEBRASA a montagem de sua equipe de trabalhadores do campo. Foi por isso buscá-los nas regiões Nordeste (pernambucanos e alagoanos, essencialmente), Sudeste e Sul (mineiros e paranaenses, respectivamente). O que também foi feito por ampla maioria das destilarias e carvoarias do Mato Grosso do Sul, como, por exemplo: a Agroindustrial Passa Tempo S/A (CORREIO DO ESTADO, 22/12/1994) e a Destilaria Cachoeira, localizadas no município de Rio Brillhante (CORREIO DO ESTADO, 22/5/1992), além das carvoarias Paraopeba e Tocantins, em Ribas do Rio Pardo (CORREIO DO ESTADO, 22/9/1994).

A DEBRASA chegou, em alguns momentos, a estender o seu raio de ação para além das fronteiras nacionais, como em 1993, em que enviou capatazes para aliciar grupos índios (inclusive menores de idade) no município paraguaio de Tacuru para trabalhos sazonais nas lavouras (FOLHA DE SÃO PAULO, 16/9/1993), com os quais somaria a força de trabalho indígena recrutada nas aldeias sulmatogrossenses e em outros pontos do país, caso do recrutamento de 55 indígenas caingangues do Estado do Paraná, menores de idade (O ESTADO DE SÃO PAULO, 16/9/1993).

No final do século XX era comum se ver trabalhadores “brancos” paulistas na lavoura da cana-de-açúcar da DEBRASA, todos com clara demonstração de insatisfação com o que recebiam como salários e prontos para reivindicar junto à Justiça do Trabalho os lesos promovidos pela empresa; mas rara era essa atitude: restringia-se, mormente, aos mais experientes e familiarizados com as regras trabalhistas – como os que já haviam trabalhado no ramo metalúrgico da região do ABC paulista, de grande tradição político-reivindicativa no cenário nacional.

Situação de um não-índio de 23 anos – que, a exemplo dos demais entrevistados, preferimos não citar nome – e que, indagado sobre as dificuldades em se deixar a empresa, relatou:

Não, eles não deixam sair. Pra sair da empresa você tem que pedir a conta. Eu já pedi pra ser mandado embora, mas não teve jeito. Inclusive amanhã eu vou ter que ir pra Venceslau (Presidente Venceslau/SP), conseguir um advogado e tentar sair. Ontem, um colega meu, pra ir embora, teve que brigar com o fiscal, com o engenheiro. Ele tem 2 anos e meio de empresa. Mas eu já disse que não pedi a conta. Primeiro, vou atrás dos meus direitos. Eu sei dos meus direitos. Eu já trabalhei 2 anos numa metalúrgica (19/5/1999).

Trecho por demais revelador das dificuldades que a empresa ergue ao cumprimento de contrato com os trabalhadores mais antigos. Tornando a relação insuportável, até que o mesmo parta, abdicando de direitos trabalhistas. Poucos são os que se posicionam combativamente diante disso.

Toda essa artimanha praticada com os não-índios. Terrífica quando recaía sobre ombros indígenas.

Vê-se facilmente não haver fronteiras e nem comunidades preferidas de antemão à extração da mão-de-obra. Em relevo, sempre o parâmetro do lucro: bússola e balança à avaliação das táticas empresariais.

Entretanto, com o passar do tempo e com as denúncias acumuladas sobre os excessos efetuados, a estratégia é revista pela DEBRASA.

Dadas às constantes inspeções e denúncias de órgãos, instituições trabalhistas e ong's, de que a mesma superexplorava trabalhadores “brancos”, expondo-os a condições de “semi-escravidão”⁴, o segredo de suas práticas saltou os limites das cercas da propriedade, inclusive nos

⁴ Martins (1999) faz uma distinção entre superexploração da força de trabalho e regime de semi-escravidão, combatendo a crítica infundada, sem preocupações conceituais e o cobertor ideológico que alguns lançam sobre esses tipos deploráveis de práticas de trabalho no campo. Críticas importantes por assinalarem que fenômenos diferentes não podem ser estereotipados como iguais e que a ocultação dos fenômenos movidos por interesses políticos devem merecer atenção cuidadosa. Porém, não é este o tipo de

momentos em que alguns dos funcionários conseguiam fugir do verdadeiro cativeiro no qual eram mantidos, driblando os “gatos” e se locomovendo a Campo Grande e outras cidades para registro dos maus-tratos relativos às precárias condições de reprodução social e aos abusos nas relações de trabalho, vivenciados no período em que permaneceram reclusos; para não se mencionar as reclamações quanto à alimentação e às excessivas cobranças pelos “gastos” que a empresa estipulava, seja com: transporte, alimentação, lazer (um futebol no terrão servido de três pedaços de madeira ou o mero banho no rio que corta a propriedade⁵), luz elétrica e outras ditas benfeitorias.

A imprensa desempenhou papel relevante na divulgação desses episódios, em que pese a fragmentaridade discursiva e a conformação teórico-ideológico latente.

Não obstante a esporadicidade e inconstância, sua atuação como portal divulgador dos embates, greves, ferimentos e, algumas vezes, mortes, foram substancialmente levadas ao conhecimento da sociedade e das autoridades e órgãos “competentes” (ARCE, 1997).

Deixando de encimar as atividades exclusivamente em braços de não-índios, a empresa adere à tática de contratação de trabalhadores indígenas nas aldeias desse e de outros Estados⁶.

Acreditava-se que a pressão esmaeceria e a fiscalização se atenuaria.

Mudar a tática sem mexer nas regras do jogo. Desviar os olhares aficionados de instâncias políticas ao lidar com sujeitos que supostamente não seriam de sua alçada.

Os índios poderiam ser os novos braços da cana, mas isso não significou diminuição de lucros e sequer aumento dos gastos por parte da empresa na melhoria das condições sociais de trabalho.

E de nada importa ser constitucionalmente ilegal a contratação e “semi-escravidão” de indígenas (FIGUEIRA, 1999).

Pelo contrário. A DEBRASA tratou de tecer a rede de contatos e de negócio que lhe permitiu alargar as margens de lucros: as condições de trabalho e remuneração que se reberam sobre os índios foram mais trágicas que as verificadas com não-índios.

Tudo para que se garantissem, *a posteriori*, os meios para a compra de máquinas colheitadeiras e a substituição do trabalho vivo (ou, então, para reproduzir a exploração, utilizando-se do estratagema da pressão subjetiva que as máquinas na vitrine tendem a causar sobre os trabalhadores, por poder substituí-los a qualquer instante), aumentando-se a composição orgânica espacial do capital ao se anaçar a estrutura da relação estabelecida entre o coeficiente de trabalhadores humanos empregados/desempregados por cada máquina adquirida.

Isso explica o fato de a mão-de-obra indígena ter preferência na DEBRASA. Se já se fazia presente nos anos 80, nos de 1990 será sua marca registrada, quase exclusiva⁷.

Notório o desvio das rotas da flutuação populacional, que deixa de ser predominantemente inter-regional para converter-se fundamentalmente ao plano intra-regional (segundo a concepção oficial de “região”).

Como também fica patente recair nos índios a prioridade do trabalho necessário à continuação das atividades produtivas; recairia neles de maneira mais marcante as conseqüências verificadas com os não-índios, contratados massivamente.

A empresa nada fez com relação à precariedade da estrutura de instalação, refeição e remuneração; se o fez, visou comprimir gastos e superexplorar a força de trabalho. É bastante ilustrativa, a esse respeito, a tentativa da empresa de criar uma imagem social melhor dentro e fora da Vila, em relação à sociedade, como também com os órgãos de monitoramento das relações de

conceituação que assumimos, pois entendemos também que são relações diferentes, mas são diferentes no manifestar do capital, haja vista que nada mais são do que aspectos fenomenais desdobrados de sua estrutura global.

⁵ Cf. FOLHA DE SÃO PAULO, 16/9/1993.

⁶ O Conselho Indigenista Missionário (CIMI) calculou que em 1994 o número de índios aumentara nas destilarias do Estado do Mato Grosso do Sul: o crescimento em relação à 1993 fora de 3 mil índios – em 1994 o montante estimado pelo órgão era de que 10 mil indígenas prestavam serviços a empresas no Estado (CORREIO DO ESTADO, 10/6/1994).

⁷ Fontes jornalísticas comprovam que, além da contratação de indígenas adultos, recorria-se a menores de idade. De nada importando o diretor da DEBRASA, João Francisco das Chagas Neto, declarar-nos em entrevistas que a inserção de índios fora comum à década de 1990, nada comentando sobre sua presença na década anterior; tentando transparecer uma causalidade recente, como se os índios tivessem deixado uma só época da história brasileira de sofrer com a expansão do capital (FOLHA DE SÃO PAULO, 16/9/1993; CORREIO DO ESTADO, 17/9/1993).

trabalho. Um episódio interessante se deu com o prêmio a ela concedido por uma reconhecida agência internacional voltada às crianças e adolescentes, apoiando empresas e sociedades que prestam contribuições nesse sentido (e a empresa desenvolvia por essa época alguns projetos junto aos moradores-educandos da Vila; e que os empresários estamparam em um grande outdoor logo na entrada); já em meio ao coração do canavial, às crianças índias cortadoras de cana o outdoor nada significava, além de um pedaço de madeira.

Dessa maneira é que respondia à pressão exercida para que efetuasse a reformulação infra-estrutural e administrativa.

De pouco valeram as multas e ações civis movidas, como a que adveio da visita surpresa realizada pela Divisão Regional do Trabalho de Mato Grosso do Sul (DRT/MS) juntamente com funcionários do Ministério do Trabalho e da Justiça federal e estadual, em que se evidenciou a “semi-escravidão” de indígenas terenas, kaiowás e guaranis, explorados ilegalmente e submetidos às “*péssimas condições dos alojamentos e baixa qualidade na alimentação*” (CORREIO DO ESTADO, 17/9/1993; O ESTADO DE SÃO PAULO, 16/9/1993).

A “semi-escravidão” juridicamente ilegal e expressa nas formas de pagamento, moradia, alimentação, tratamento e encarceramento, não cessou.

Avançou mais, agora por sobre aqueles que tradicionalmente já eram considerados como inferiores na economia mercantil do capital, aqueles que são “inseridos” como “excluídos” na Aldeia Global: os índios.

Vejamos os parâmetros de sua inserção-excludente:

(a) são “inseridos” porque já não podem se furtar ao trabalho nas destilarias e carvoarias do Estado: o sustento depende disso (acreditava-se), tendo de engrossar as fileiras do exército reserva de força de trabalho: a mão-de-obra em potencial, espremendo conseqüentemente ainda mais os salários. (Obviamente que o nível salarial indígena possui uma especificidade na DEBRASA, não resultando apenas da capacidade de aliciamento ou substituição que a empresa poderia realizar com seus trabalhadores, mas principalmente do secular preconceito e inferiorização que sofrem na sociedade “branca” de mentalidade colonizadora – inclusive por aqueles órgãos que detêm sua tutela –, ou seja, a mercadoria força de trabalho indígena vale menos que a do branco – ainda que essa seja nordestina, alvo já de fortes preconceitos no país –, sendo “natural” que ganhe menos por seus serviços, independentemente da capacidade de tonelagem diferenciada de ambos, pois o pagamento dá-se mediante a produtividade, mas ainda assim a desproporcionalidade na relação produtividade-pagamento é notória);

(b) “inseridos” também são nos universos capitalistas das migrações e no processo degenerativo que as mesmas acarretam à personalidade, à cultura e aos semelhantes;

(c) “inseridos” no universo dos valores burgueses, na burocracia contratual, na rotina e ritmo de trabalhos, nos padrões produtivos e sociais com os quais passam a se relacionar;

(d) “inseridos” no universo mágico do consumo, deslumbrando-se com objetos aos quais nunca sonharam existir, na ideologia consumista e nos sonhos de satisfação social aos quais insinuam portar. Vai-se percebendo que a Aldeia Global capitalista, manifesta e interligada à Vila Industrial, abraça e sufoca os índios com suas “maravilhas”: é o que ocorre, por exemplo, com os brinquedos trazidos do Paraguai que, deslumbrando os índios, consumia grande parte de seus vencimentos pelos fins da década de 1990; mas não pára por aí, ao serem inseridos na lógica do mercado, de permuta de valores-de-troca objetificados nas mercadorias, mediante o equivalente universal, não percebiam a superfatura que os vendedores informais faziam ao extorquir seus já escassos pagamentos; isso ocorria por que, além de mal se comunicarem em português, possuíam dificuldades em lidar com o dinheiro, pela assimilação de seus valores simbólicos; outros são os índios que para a DEBRASA já vieram influenciados culturalmente pela sociedade de mercado, com o sonho de poder “*ganhar dinheiro para poder comprar uma bicicleta*”: qual o sonho de um índio de 14 anos que deixou sua família no Paraguai, em 1993, para ir atrás de algo, na DEBRASA, que de sonho transformar-se-ia em pesadelo, pois, após um considerável tempo de trabalho não vira a cor do dinheiro (FOLHA DE SÃO PAULO, 16/9/1993).

“Inseridos” são em muitas mais coisas as quais não podem tocar, tão menos possuir.

Estão “excluídos” da possibilidade de usufruto real dos objetos. Já foram excluídos de sua terra, não podendo nela permanecer de forma autônoma, da possibilidade de realização social própria também foram excluídos por que integrados no universo ao qual sua participação se restringe no ampliar de riquezas, sem jamais reunir condições reais de possuí-las, não importa se nisto trabalhem sem medir esforços.

Para a obrigação é que foram inseridos, não para o deleite.

Isso reflete negativamente sobre os próprios povos indígenas que são impelidos a um contato (e confronto de valores) que “destrói”, ou melhor, re(de)forma sua identidade, subjugando, sob muitos aspectos, a sua cultura a dos interesses econômicos do capital.

Contudo, apesar da aparente preocupação dos dirigentes empresariais para com esse estado, o discurso ideológico utilizado asseverava que os índios necessitavam do trabalho (abstrato), não podendo mais permanecer isolados em aldeias que indispunham de condições favoráveis para lhes abrigar e garantir sustento.

Migrar e trabalhar onde fossem requisitados: chega-se ao final premeditado do discurso burguês.

Os valores se invertem: o opressor passa por filantropo e os oprimidos como resignados e passivos que devem merecer a ajuda daqueles.

No ano de 1993, Antônio Gigliotti, então gerente de operações agrícolas da DEBRASA, revelou a seguinte visão sobre o quadro situacional:

É preciso dar graças a Deus que estamos oferecendo emprego para este pessoal (...). Tanto faz para a empresa que estes trabalhadores sejam índios ou não. Para nós, é melhor que sejam índios, pois estão próximos da usina (FOLHA DE SÃO PAULO, 16/9/1993).

Já na primeira frase afirma-se benevolência e humanismo da empresa para com os índios até que, na seqüência da matéria, o tom de gravidade na fala do gerente surge com veemência, na forma de ameaçadora dispensa dos “mal-agrados” pela via da modernização do corte da cana, como se fosse um desabafo decorrente das muitas pressões por que vinham passando, por estarem na mira de vários órgãos estatais e de entidades autônomas, deparando-se com insatisfações por vezes declaradas de índios que se recusavam ao trabalho, em momentos de paralisações (ibidem).

Artimanhas de administradores empresariais que tentavam a maior inversão de uma realidade já dissimulada, em que as classes dominantes que provocaram a situação de miséria e fome entre os índios apareciam agora como seus salvadores, com os empregos que lhe garantiriam “dignidade” e “inserção” na Sociedade Nacional.

Outro ponto contraditório está na alegação de que a preferência pelo índio está no fator proximidade territorial, quando o aliciamento de brasileiros e estrangeiros distantes também comumente era estimulado.

O lobo quer virar cordeiro, para devorar melhor.

Os índios que porventura se demonstrassem insatisfeitos – diziam os empresários – que ganhassem a rua, cedendo lugares para outros ou, então, para as máquinas que de nada reclamavam, posto que do trabalho morto das máquinas nada se ouve.

A bondade do empresário se transformava em ira e advertência para os tumultuadores e grevistas, pendulando seu discurso entre a tentativa de explicações racionais e declarações taxativas de que o não-trabalhar tão-só fustigaria as condições de penúria nas quais viviam.

O cerne do problema está naquela desproporcionalidade qualitativa do aparato produtivo em relação às empresas de São Paulo, e contra isso argumentavam os empresários nada poderem fazer em curto prazo. As condições econômico-financeiras do arranjo produtivo e mercadológico entre esses são por demais diferenciados; enquanto a produção naquele Estado era de 80 toneladas de cana-de-açúcar por hectare, a média da produção sulmatogrossense era da ordem de 65-70 toneladas por hectare.

Além do que, somava-se a isso o fato de os produtores paulistas obterem 95% de economia com a reposição ou manutenção das máquinas, uma vez que os produtores do Mato Grosso do Sul tinham de comprar as peças do Estado vizinho, aumentando ainda mais seus gastos.

Isto é, a situação de vulnerabilidade técnico-produtiva refletiria na diferencialidade econômica e organizativa dos agentes e das atividades com as quais se inseriam, sendo as responsáveis pela exploração do trabalho indígena e não-indígena.

É como se o objeto se transformasse em sujeito, como se os condutores dos bondes geográficos se tornassem meros passageiros, sem poder de influência na rota assumida.

O que, em parte, serve para comprovar a tese de Mészáros de o capital ser incontrolável, quer pela classe burguesa ou por seus opositores (LESSA, 1998).

Logo, era “natural” a necessidade de recrutamento de mão-de-obra sazonal migrante e barata que repassasse as perdas sofridas no circuito da circulação.

Nesse sentido é que o Paulo Vasconcelos, então diretor-administrativo do sindicato patronal, veio a público se referir à situação, acreditando que a superação da crise condiria com um pacote de reivindicações empresariais que deveria merecer a atenção do governo nacional, e que tocavam em demandas como: a necessidade de abertura de linha de crédito que subsidiasse a plantação, arcasse com os custos de produção e estocagem da cana-de-açúcar a juros mais condizentes com a realidade do Estado do Mato Grosso do Sul e que o preço do produto deveria ser reajustado diferencialmente – a exemplo do que ocorria no Mato Grosso –, para se evitar a concorrência desleal com os produtores paulistas (CORREIO DO ESTADO, 5/2/1992).

Enquanto inviabilizadas à burguesia sulmatogrossense uma interferência de tal monta, a disputa intracapitalista se nutria das energias extraídas da relação interclasses, dos migrantes recrutados para os trabalhos de dois meses na lavoura.

Para despistar a falta de ética para com os indígenas subcontratados, se usava a tática pseudo-ética do ataque à deslealdade econômica dos concorrentes paulistas.

Os anos de 1970 seriam o marco temporal para a DEBRASA de captura de braços trabalhadores. O princípio da ressurreição de formas não mascaradas de subserviência às condições de escravidão humana que, apenas a título de reforço, nunca foram totalmente enterradas (MARTINS, 1986, 1999; BALDUÍNO [org.], 1999); são estruturais ao complexo metabólico do capital, integradas na economia global, na rede das empresas instaladas nos lugares-nós, manifestando-se aqui ou acolá, fenomenicamente, como isoladas.

A tática, já mencionada, pendulava entre índios e não-índios. Em certos momentos foi-se buscar a força de trabalho no Nordeste brasileiro, região longínqua, de graves problemas sociais e de difícil contato entre familiares – o que poderia fazer extravasar as formas em que a empresa geria o processo de trabalho.

Quanto ao aparato sindical, encontrava-se débil e de restritas ações; com os contratos de curta duração e a dificuldade de estabelecimento de laços de confiança e mesmo direcionamento político de enfrentamento com o grupo econômico José Pessoa, proprietário da empresa, aparentavam mais como caça-níqueis, de pouca utilidade aos contribuintes.

A empresa anulava ou cooptava, por essa via, tanto os trabalhadores, desenraizados e isolados territorialmente, quanto o sindicato, inerte às suas práticas.

Quando os índios compunham o pilar braçal, a situação piorava. Daí o motivo de a aculturação e a assimilação serem extremamente brutalizadas *nesse lugar*, com *essas etnias*, não somente pela aprendizagem de novos valores como pela dificuldade, geradora de esquecimento, dos muitos que são *seus*, daquele seu *ser*; contudo longe se está aqui de se quer dizer que todos os grupos, em todo o País, deixaram de ser índios, apresentando-se como aquilo que também contrariava ao Marcos Terena (2001), de terem se tornado “índio do asfalto”, “índios aculturados”, ou “índios da zona sul”.

Não apresentamos um “quadro geral” com uma “teoria geral”, conjuntural mas desapegada de mediações “localizadas” singularmente, e sim um debruçar sobre a realidade local-regional como mediações de intensidades geograficamente singulares, atentando às diferenças – o que não é

suficiente para atestar que tal visão não possa ser revertida e a identidade étnica índia re-elaborada num melhor nível qualitativo.

O século XX foi fechado sem alterações significativas em prol dos índios, com a prática da escravidão ilegal ou não-salarial (ilegal no plano abstrato e da política fictícias do Estado neutro), nas destilarias e carvoarias do Estado se pondo como marca geográfica fácil de ser vista (CORREIO DO ESTADO, 22/5/1992, 21/7/1994, 9/9/1994; O ESTADO DE SÃO PAULO, 16/9/1993).

Assim se instaurou a geografia da escravidão nas cercas da DEBRASA.

A empresa tratou de entretecer minuciosamente os nós da rede de sustento da superexploração da força de trabalho índia, com participação direta e indireta do quadro policial, de religiosos e, especialmente, de sua instituição governamental tutora, ou mesmo da sociedade local.

2. Considerações Finais

Lançadas para fora de seus ninhos territoriais, as andorinhas índias sobrevoam o território do capital sem ter onde pousar e definitivamente estabelecer morada, mantendo-se fora dos planos econômicos da geografia do capitalismo.

Ora são chamadas aqui e ali para baixar suas asas e fornecer seu trabalho, mostrando corpos marcados pelos cortes de facões causados pela exaustão ou pela aguardente, que ironicamente tomam para “migrar” de si mesmo, esquecendo um pouco o dia-a-dia, como que querendo torná-lo mais leve.

De territórios da tradição e da geografia da coesão comunal as reservas indígenas cada vez mais se assumem enquanto cativeiros territoriais de mão-de-obra, a movimentar carvoarias e empresas alcooleiras.

A geografia do trabalho abstrato subsumiu a do concreto. O modo de produção capitalista sobrepôs-se ao comunista primitivo.

Sem seus laços culturais, seus deuses e condições de outrora e jogados à sorte na rede alienígena de movimentos difíceis de alterar, inda que os apreendam minimamente, vêm entrar em cena, como interlocutores, defensores sindicais e de causas trabalhistas que se mostram preocupados, se muito, com a proteção dos trabalhadores “brancos”, pelo significado econômico da taxa de sindicalização que arcam.

Da parte dos brancos com os quais contatam, cegueira.

Como ocorre entre outros segmentos sociais, aqui esse mais complexo proletariado se mira com desconfiança, um acusando de forma velada ou direta o outro a responsabilidade de sua decrépita situação, uns foram ladrões de terras e outros são ladrões de trabalho.

A alienação do capital faz recair sobre ambos a cultura do ressentimento, pois o insucesso de um é acusado ser obra de outrem, quando, na raiz da sempre verde árvore ideológica, esses sujeitos nada mais são que adubos humanos usados e abusados pelo processo de reprodução ampliada de capital a partir da putrefação de suas próprias existências.

Os habitantes tradicionais dessas terras, cujas raízes espaciais muito recuam no tempo, sujeitos que se faziam nômades na medida exemplar de permanecerem fixos na coesão, precisam coletivamente reaprender a voar em movimentos espirais e sem falsas asas de papel.

3. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARCE, Elecir Ribeiro. **Suicídio Guarani**. Dourados: UFMS/CEUD, 1997.

AUMENTA o número de índios em destilaria. **Correio do Estado**, Campo Grande, 10 de jun. 1994.

BALDUÍNO, Dom Tomás (org.). **Trabalho escravo no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Loyola, 1999.

BETONI, Walteir Luiz. **O trabalho e a terra para o índio Guarani**. Dourados: UFMS, 1994.

CAMPANELLA, Tommaso. **A cidade do sol**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

CARVALHO, Márcia Siqueira de. **Geografia e utopias medievais**. Semina: Ci. Soc./Hum., Londrina, v. 15, nº 3, p. 223-238, set. 1994.

CRISE atinge indústria do álcool. **Correio do Estado**, Campo Grande, 5 de fev. 1992.

CHRISTOFOLETTI, Lílian. Nova lei espanhola ameaça imigrantes brasileiros. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 24 de jun. 2001, p. A22.

DEBRASA multada em CR\$ 34 mil por contratação de indígenas. **Correio do Estado**, Campo Grande, 17 de set. 1993.

DESTILARIAS ainda aliciam trabalhadores. **Correio do Estado**. Campo Grande, 22 de dez. de 1994.

DRT prepara processo para interditar duas carvoarias. **Correio do Estado**, Campo Grande, 9 de set. 1994.

EM MS canavieiros eram semi-escravos. **Correio do Estado**, Campo Grande, 23 de jun. 1992.

EMPRESA é multada por aliciar grupos de índios. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 16 de set. 1993.

EMPRESAS mantêm trabalho escravo no MS. Adultos e crianças devem aos patrões mais do que recebem; destilaria cobra até por banho de rio. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16 de set. 1993.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. Condenados à escravidão. In: BALDUÍNO, T. (org.). **Trabalho escravo no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Loyola, 1999, p. 165-208.

GARRIDO, Mauro L. T. Destilaria emprega 400 índios. Sindicato dos trabalhadores quer fiscalização sobre as condições de trabalho dos indígenas. **O Imparcial**, Presidente Prudente, 8 de jul. 1999, p. B3.

GAUDEMAR, Jean-Paul. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Estampa, 1997.

HARVEY, David. **Los límites del capitalismo y la teoría marxista**. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

ÍNDIO pode ter morrido por falta de socorro médico em Regente. **Oeste Notícias**, Presidente Prudente, 27 de out. 1999.

ÍNDIOS menores são explorados em destilarias. **Correio do Estado**, Campo Grande, 21 de jul. 1994.

LESSA, Sérgio. István Mészáros (Beyond Capital). **Revista Crítica Marxista**, São Paulo: Xamã, nº 6, p. 139-148, 1998.

LIMA, Edvaldo Carlos; RIBEIRO, Júlio César. O vai-e-vem indígena: causas e conseqüências do vô das (novas) andorinhas para o capital sucro-alcooleiro no Mato Grosso do Sul. XI Congresso de Iniciação Científica. In: **Caderno de Resumos...** Presidente Prudente: FCT/UNESP, p. 114, nov. de 1999.

MARTINS, José de Souza. **A reforma agrária e os limites da democracia na “Nova República”**. São Paulo: Hucitec, 1986.

____. **O poder do atraso**. São Paulo: Hucitec, 1994.

____. A escravidão nos dias de hoje e as ciladas da interpretação. In: BALDUÍNO, Dom Tomás (org.). **Trabalho escravo no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Loyola, 1999, p. 127-163.

MEGGERS, Betty. Desenvolvimento cultural pré-histórico nas terras baixas tropicais da América do Sul. **Revista Fronteiras**, v. 2, nº 4, Campo Grande: UFMS, p. 9-38, jul./dez. 1998.

MOREIRA, Ruy. **O círculo e a espiral**. Rio de Janeiro: Coautor, 1993.

MORO, Tomas. **Utopia**. Buenos Aires: Tor, s/d.

NUSCHELER, Frans. O problema das migrações no contexto mundial. In: SARMENTO, Walney Moraes; GMÜNDER, Ulrich (orgs.). **Migrações no Brasil e no mundo**. Salvador: Goethe-Institut, 1996, p. 33-53.

OIT discute semi-escravidão em carvoarias. **Correio do Estado**, Campo Grande, 22 de set. 1994.

PF instaura inquérito contra destilaria. **Correio do Estado**, Campo Grande, 22 de maio 1992.

RIBEIRO, Darcy. Uirá vai ao encontro de Maíra. In _____. **Gentidades**. Porto Alegre: L&PM, 1997, p. 91-118.

RIBEIRO, Júlio César. A falácia dos 500 anos. II Fórum de Ciências da Faculdade de Ciências e Tecnologia. In: **Caderno de Resumos...** Presidente Prudente: UNESP, p. 194, 1999a.

_____. Migração indígena para o capital: desterritorialização, conflitos e perdas sócio-culturais no município de Brasilândia/MS. Semana de Geografia. In: **Caderno de Resumos...** Presidente Prudente: UNESP, p. 120-122, 1999b.

_____. Des(re)territorialização, transculturação e escravidão na Aldeia Global. Globalizando a miséria e a violência. **Revista Pegada**. Presidente Prudente: CEGeT/UNESP, vol. 1, nº 1, p. 61-78, set. 2000.

_____. **A geografia da escravidão no território do capital**, (Dissertação de Mestrado), Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2001.

_____. O espaço do capital-camaleão. Dimensões do complexo metabólico-mimetizado do capitalismo monopolista. In: THOMAZ JÚNIOR, Antonio (org.). **Geografia e trabalho no século XXI**. Presidente Prudente: Centelha, v. 1, 2004, p. 105-151.

_____. Uma questão de escala. A escalada da escravidão local como resposta à geografia econômica mundial. In: THOMAZ JÚNIOR, Antonio (org.). **Geografia e trabalho no século XXI**. Presidente Prudente: Centelha, v. 3, 2008.

_____; SIEBEN, Airton. Indesejáveis travessias: da migração autodeterminada à migração alienada (Conceitualizar o contexto para contextualizar o conceito). **Revista Geoambiente On-line**. Jataí: UFG, nº 9, p. 123-141, jul./dez. 2007 (disponível em: www.jatai.ufg.br/geografia/uploads/files/8-9.pdf).

SARMENTO, Walney Moraes; GMÜNDER, Ulrich (orgs.). **Migrações no Brasil e no mundo**. Salvador: Goethe-Institut, 1996.

SINDICATO pede prisão para quem emprega índio. Emprego de trabalhadores indígenas é contestado pela representação dos trabalhadores rurais de Regente Feijó. **Oeste Notícias**, Presidente Prudente, 17 de jun. 2001, p. 1.4.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

TERENA, Marcos. A conferência contra o racismo e o holocausto indígena. **Revista Caros Amigos**, São Paulo, p. 29, ago. 2001.

VALENTE, Rubens. Desemprego atinge 4000 índios no MS. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 de dez. 1998.

WENCESLAU, Marina Evaristo. **O índio Kaiowá e a comunidade dos brancos**. São Paulo: USP, 1990.